

Entre funcionários já se fala em greve

Desde que foi anunciada, a Operação Desmonte passou a ser o mais forte motivo para uma possível paralisação dos servidores públicos federais, no dia 24. Um indicativo de greve para esta data foi aprovado no final do mês de julho, por duas outras razões: pelo pagamento das URPs congeladas e contra o programa de desestatização do governo. Agora, a Operação Desmonte passou a engrossar a pauta de protestos dos funcionários e o indicativo de greve será votado pela categoria, em todos os estados, até o dia 17.

Em Brasília, os três temas (URP, desestatização e extinção de estatais) serão discutidos em assembléia dos servidores públicos federais (das estatais e da administração direta) amanhã. Ela será realizada às 14h30, num espaço normalmente usado para shows musicais: o Gran Circular, uma construção em forma de circo, na Esplanada dos Ministérios. Haverá discussão sobre a greve no dia 24, cujo indicativo foi aprovado em reunião da plenária dos servidores públicos e trabalhado-

res em estatais, em reunião no Rio de Janeiro, em 29 de julho.

— “Nós não tememos demissões que possam ocorrer com o fim das estatais que o governo pretende extinguir”, afirma o presidente da Associação dos Servidores da Cibrazem e demais empresas vinculadas ao Ministério da Agricultura, José Fernandes de Farias, um dos organizadores da assembléia de quarta-feira. Logo depois, um comando do movimento se reunirá para discutir as implicações da extinção das estatais, incluídas na Operação Des-

monte. Será feito um levantamento do número de funcionários destas 14 estatais, o que a extinção destas empresas implicaria a nível de orçamento etc.

Se não acreditam em demissões, os servidores acham que haverá “achatamento” salarial, segundo Farias. “Como o funcionário será remanejado para outro órgão da administração pública, seu salário deverá ficar congelado até que os vencimentos dos empregados deste local atinjam o seu nível”, explica.